

PROVA ESPELHO DE DIREITO

22º CONCURSO PARA ESTÁGIO NO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NA BAHIA

PORTUGUÊS

1) Na expressão: *Eis o relatório*, a palavra em destaque enquadra-se em qual classificação segundo a Nomenclatura Gramatical Brasileira?

a. Locução denotativa

b. Substantivo

c. Verbo

d. Pronome

e. Locução adjetiva

2) Perante a definição e formação da crase na Norma Culta da Língua Portuguesa, analise as sentenças abaixo, conforme verdadeiras ou falsas, e marque a alternativa correta.

1- A crase constitui-se pela contração do artigo definido “a” com preposição “a”, apenas.

2- Pode ocorrer crase na construção da expressão, quando o substantivo feminino esteja aplicado em sentido generalizado.

3- Permite-se a utilização da crase mesmo quando o termo precedente não admite o artigo feminino.

4- Há possibilidade de uso da crase diante de pronomes demonstrativos.

5- É facultativo o uso de crase antes de pronomes possessivos.

a. V, V, V, V, F

b. F, F, F, V, F

c. V, F, F, V, V

d. F, F, F, F, F

e. F, F, F, V, V

3) As conjunções subordinativas ligam duas orações, subordinando uma à outra, indicando circunstância, com exceção das conjunções integrantes. E a explicação para isso:

1- Deve-se ao fato de que as orações integrantes iniciam um sintagma nominal;

2- Deve-se ao fato de que as demais orações subordinativas são introduzidas por conjunções que exprimem condições, circunstâncias.

a. Apenas a alternativa 2 é verdadeira

b. Apenas a alternativa 1 é verdadeira

c. N.d. a.

d. Ambas as alternativas são falsas

e. Ambas as alternativas são verdadeiras

4) A relação necessária, interdependente, entre duas palavras numa oração, em que uma delas serve de complemento a outra, chama-se regência.

Sobre regência verbal, marque a alternativa incorreta.

a. Os verbos transitivos exigem o acompanhamento de palavras com valor substantivo, ligando-se diretamente ou indiretamente, para perfazer sentido completo.

b. Há verbos que admitem mais de uma regência.

c. N.d. a.

d. A frase *assisti ao doente que muito sofria* está gramaticalmente correta, indicando conforto, ajuda.

e. A mudança de regência de um verbo altera, em geral, a significação.

5) Assinale a alternativa apropriada relativamente à concordância verbal e ao pronome de tratamento.

a. Alternativas a) e b) estão corretas.

b. Sua Excelência, o Presidente, juntamente com os ministros, se fará presente no evento.

c. Todas as alternativas estão corretas.

d. Sua Excelência, o Presidente, juntamente com os ministros, se farão presentes no evento.

e. Vossa Excelência, o Presidente juntamente com os ministros se farão presentes no evento.

6) Aponte a alternativa incorreta quanto a grafia e uso do [porque].

a. Não sei o porque de tanta confusão.

b. Você não me avisou antes. Por quê ?

c. É mais fácil fazer cópia porque não sei desenhar.

d. Não reclama, porque é pior.

e. Por que testar para Covid19?

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

7) Marque a alternativa que indica um direito fundamental implícito:

a. liberdade religiosa;

b. direito de permanência das presidiárias com seus filhos durante o período de amamentação.

c. liberdade de manifestação do pensamento;

d. direito a relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa;

e. direito ao nome;

8) Sobre o que a Constituição da República Federativa do Brasil preceitua sobre os direitos dos povos originários (povos indígenas), é correto afirmar:

a. É vedada, sem qualquer exceção, a remoção dos grupos indígenas de suas terras;

b. São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições;

c. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, dispensando-se a intervenção do Ministério Público em todos os atos do processo;

d. O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros, inclusive em terras indígenas.

e. O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Presidente da República, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei;

9) Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:

I - o Presidente da República;

II – a Mesa do Congresso Nacional;

III - o Procurador-Geral da República;

IV - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

a. nenhuma das alternativas anteriores.

b. I, II, III e IV;

c. I, III e IV;

d. I, II e III;

e. I, II e IV;

10) A tutela provisória tem a aptidão de promover a inversão do ônus do tempo do processo, conferindo-lhe maior eficiência. O seu regramento se encontra previsto nos artigos 295 a 311, do Código de Processo Civil de 2015. Assinale a alternativa que apresenta a assertiva correta a respeito da sistemática prevista pelo legislador:

a. Somente é possível a concessão de tutela provisória se verificado o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

b. Todas as alternativas estão incorretas.

c. Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

d. A tutela de evidência somente será concedida nos casos em que as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documental e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.

e. Na tutela cautelar requerida em caráter antecedente, o prazo para o réu contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir é de 15 (quinze) dias.

11) As normas fundamentais do processo civil, previstas no Código de Processo Civil de 2015, buscam, entre outros objetivos, harmonia com o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil. A seu respeito, assinale a alternativa correta:

a. Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.

b. O princípio da primazia da decisão de mérito não é norma fundamental do processo civil brasileiro.

c. O princípio da boa-fé não veio expressamente previsto entre as normas fundamentais previstas no Código de Processo Civil de 2015.

d. A promoção da resolução de conflitos por autocomposição não foi incentivada no Código de Processo Civil de 2015.

e. A decisão surpresa é amplamente permitida e incentivada, no art. 10, do CPC/15.

12) Sobre o regime de capacidades estabelecido no Código Civil, assinale a alternativa correta:

a. São absolutamente incapazes os sujeitos que, por deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil.

b. São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, os ébrios habituais e os viciados em tóxicos.

c. Os pródigos são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.

d. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 18 (dezoito) anos.

e. São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, os excepcionais sem desenvolvimento mental completo.

13) No termos do art. 422, Código Civil, “Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé”. Nas alternativas abaixo, estão indicados desdobramentos do princípio da boa-fé, EXCETO:

a. Princípio da liberdade contratual

b. Supressio, surrectio e tu quoque

c. Venire contra factum proprium (vedação ao comportamento contraditório)

d. Proteção contra o abuso de direito

e. Dever de mitigar os próprios prejuízos (duty to mitigate the loss)

14) A respeito dos direitos do consumidor na prestação dos serviços públicos, assinale a alternativa INCORRETA:

a. A Política Nacional das Relações de Consumo envolve o respeito a diversos princípios, entre eles, a racionalização e melhoria dos serviços públicos.

b. Constitui direito básico do consumidor a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

c. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento são obrigados a reparar os danos que causarem, com aplicação da legislação consumerista.

d. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

e. Não se aplica o Código de Defesa do Consumidor à prestação de serviços públicos.

15) São direitos básicos do consumidor, EXCETO:

a. A efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos.

b. A inversão do ônus da prova no processo civil, independentemente da verossimilhança de suas alegações ou de ser o consumidor hipossuficiente.

c. A educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações.

d. A proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais.

e. O acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados.

16) Assinale a alternativa correta:

a. As ações por atos de improbidade administrativa admitem a celebração de acordo de não persecução penal;

b. As sanções aplicadas ao responsável pelo ato de improbidade administrativa não podem ser cumuladas;

c. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário perceber vantagem econômica para intermediar liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza;

d. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública negar publicidade aos atos oficiais;

e. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos se efetivam com a confirmação da sentença em segundo grau.

17) Assinale a alternativa incorreta:

a. As licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, impedindo a habilitação de interessados sediados em outros locais;

b. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à sanção de multa de mora.

c. Os serviços no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvada as hipóteses de dispensa ou inexigibilidade;

d. O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado;

e. Concurso é uma das modalidades de licitação;

18) Sobre o tombamento, é incorreto afirmar que:

a. O tombamento pode ser feito por quaisquer das esferas da federação, União, Estados ou Municípios;

b. O instituto do tombamento é previsto na Constituição Federal;

c. O tombamento altera a propriedade de um bem;

d. Considera-se área de entorno do tombamento a sua circunvizinhança, que é delimitada junto com o tombamento, com o objetivo de preservar sua ambiência.

e. O tombamento visa a preservar bens culturais/ambientais, impedindo-se sua destruição e descaracterização;

19) Assinale a alternativa correta:

a. Toda atividade que cause alguma interferência ambiental, para iniciar sua execução, necessita de EIA/RIMA;

b. A Lei de crimes ambientais é a única norma que traz a previsão de responsabilização penal da pessoa jurídica;

c. Compete à Justiça Federal o julgamento de todos os crimes contra a fauna;

d. O Princípio da Prevenção e Precaução é um dos mais importantes em direito ambiental e visa a evitar o risco de uma atividade sabidamente danosa e seus efeitos nocivos ao meio ambiente.

e. O meio ambiente cultural e o meio ambiente do trabalho são considerados categorias do meio ambiente natural;

20) Aos Juízes Federais compete processar e julgar, AFORA:

a. o crime de estelionato contra o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;

b. os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

c. os crimes políticos;

d. o crime de adquirir, distribuir e revender derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico, hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes, em desacordo com as normas estabelecidas na forma da lei.

e. o crime de usurpação de matéria-prima pertencentes à União, sem autorização legal ou em desacordo com as obrigações impostas pelo título autorizativo;

21) Sobre o inquérito policial, assinale a alternativa correta:

a. O inquérito policial é peça indispensável ao oferecimento de denúncia pelo Ministério Público;

b. Diante da ausência de justa causa, a Autoridade Policial pode determinar o arquivamento do inquérito policial;

c. Após a elaboração do relatório final pela Autoridade Policial, o Ministério Público jamais poderá efetuar a devolução do inquérito para novas diligências;

d. A Autoridade Policial não pode, em hipótese alguma, instaurar inquérito policial sem a autorização do ofendido;

e. O inquérito policial, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá ser iniciado;

22) Assinale a alternativa correta:

a. A prisão em flagrante é executada pela Autoridade Policial, sendo vendada a qualquer do povo;

- b. A Autoridade Policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 1 (um) ano.
- c. Os membros do Congresso Nacional possuem imunidade penal para qualquer crime ocorrido durante o mandato de parlamentar;
- d. São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais. São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras;
- e. A transação penal acarreta a confissão ficta do fato delituoso e importa em reincidência;

23) O conceito de crime como uma conduta típica, ilícita e culpável pode ser classificado como:

- a. Material;
- b. Analítico;
- c. Sócio-Constutivista.
- d. Formal;
- e. Histórico;

24) Todas as assertivas estão corretas, SALVO:

- a. Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública;
- b. A conduta de aplicar, em finalidade diversa da prevista em lei ou contrato, recursos provenientes de financiamento concedido por instituição financeira oficial ou por instituição credenciada para repassá-lo é um indiferente penal;
- c. Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal é o conceito legal do crime de lavagem de dinheiro.
- d. Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante a conduta de negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação;
- e. Conceitua-se como apropriação indébita previdenciária a conduta de deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional;

25) Assinale a alternativa incorreta:

- a. Para os adeptos da teoria causal, no dolo haveria um elemento de natureza normativa, qual seja, a consciência sobre a ilicitude do fato (dolus malus);
- b. Segundo a teoria da vontade, dolo seria tão somente a vontade livre e consciente de querer praticar a infração;
- c. Na culpa consciente, o agente não quer diretamente produzir o resultado, mas, se este vier a acontecer, o aceita;
- d. A teoria do assentimento diz que atua como dolo aquele que, antevendo como possível o resultado lesivo com a prática de sua conduta, assume o risco de vir a produzi-lo;

e. Os crimes culposos são considerados tipos abertos, pois não existe uma definição típica completa e precisa para adequar a conduta do agente ao tipo penal.

SUBJETIVA

1) Discorra sobre a prisão após decisão colegiada de segunda instância e antes do trânsito em julgado, em face do princípio constitucional da presunção de inocência e efetividade da persecução penal.

Máximo de 30 linhas.